



Ministério da Defesa Nacional

Estado-Maior General das Forças Armadas

CADERNO DE ENCARGOS

Procedimento: Consulta Prévia

NPD n.º 2020004561

AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE VIRTUALIZAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO

Índice

Cláusula 1.ª ... 3
Objeto ... 3
Cláusula 2.ª ... 3
Contrato ... 3
Cláusula 3.ª ... 4
Prazo ... 4
Cláusula 4.ª ... 4
Obrigações principais do adjudicatário ... 4
Cláusula 5.ª ... 6
Entrega dos bens objeto do contrato ... 6
Cláusula 6.ª ... 6
Conformidade e operacionalidade dos bens ... 6
Cláusula 7.ª ... 7
Inspeção e Testes ... 7
Cláusula 8.ª ... 7
Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias ... 7
Cláusula 9.ª ... 8
Aceitação dos bens ... 8
Cláusula 10.ª ... 8
Garantia técnica ... 8
Cláusula 11.ª ... 9
Garantia de continuidade de fabrico ... 9
Cláusula 12.ª ... 9
Objeto do dever de sigilo ... 9
Cláusula 13.ª ... 9
Prazo do dever de sigilo ... 9
Cláusula 14.ª ... 10
Preço contratual ... 10
Cláusula 15.ª ... 10
Condições de pagamento ... 10
Cláusula 16.ª ... 11
Caução ... 11
Cláusula 17.ª ... 11
Penalidades contratuais ... 11
Cláusula 18.ª ... 12
Força maior ... 12
Cláusula 19.ª ... 13
Resolução de contrato por parte do contraente público ... 13
Cláusula 20.ª ... 14
Resolução de contrato por parte do fornecedor ... 14
Cláusula 21.ª ... 15
Foro competente ... 15
Cláusula 22.ª ... 16
Cessão da posição contratual e subcontratação ... 16
Cláusula 23.ª ... 16
Comunicações e notificações ... 16
Cláusula 24.ª ... 17
Deveres de colaboração recíproca e informação ... 17
Cláusula 25.ª ... 17
Contagem dos prazos ... 17
Cláusula 26.ª ... 17
Legislação aplicável ... 17
ANEXO

CADERNO DE ENCARGOS

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto principal a "Aquisição de Solução de Virtualização de Postos de Trabalho", cujas condições técnicas especificas se encontram em anexo ao presente caderno de encargos, dele fazendo parte integrante.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. A execução do contrato obedece:
    a. Às cláusulas do contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
    b. Ao Código dos Contratos Públicos (CCP).

2. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

3. Conforme n.º 2 do artigo 96.º do CCP, fazem parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:
    a. Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
    b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
    c. O caderno de encargos integrado pelo convite à apresentação de propostas;
    d. A proposta adjudicada;
    e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados, conforme o disposto no n.º 5 do artigo 96.º do CCP.

5. Conforme o disposto no n.º 6 do artigo 96.º do CCP, em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos, de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

Cláusula 3.ª

Prazo

1. O prazo de execução do contrato não pode exceder os 15 dias contínuos, a contar da data do envio do pedido de compra.

2. O contrato mantém-se em vigor até à entrega dos bens, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, e aceitação dos mesmos pelo contraente público, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

3. No caso de se verificarem atrasos injustificados, imputáveis ao adjudicatário, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.

Cláusula 4.ª

Obrigações principais do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, as seguintes obrigações principais:

a. Fornecer os bens identificados na sua proposta, de acordo com as características, especificações e requisitos técnicos e funcionais especificados na proposta adjudicada e no presente caderno de encargos;

b. Prestar garantia aos bens fornecidos, no mínimo, pelo prazo de dois anos a contar da data da sua aceitação, contra quaisquer não-conformidades ou discrepâncias com as exigências legais e com as caraterísticas, especificações e requisitos técnicos, correndo por sua conta os encargos inerentes à reposição dos resultados contratados;
c. Garantir a continuidade de fabrico dos bens fornecidos;
d. Executar o contrato dentro do prazo estabelecido;
e. Entrega dos bens nos locais elencados no n.º 1 da cláusula 5.ª do caderno de encargos;
f. Prestar à entidade adjudicante, de forma correta e fidedigna, em qualquer tempo na pendência da execução do contrato, as informações e os esclarecimentos relativos ao mesmo;
g. Obter comprovativo de aceitação dos bens pela entidade adjudicante;
h. Assumir todos os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças, recaindo sobre si as quantias que a entidade adjudicante tenha de pagar, seja a que título for, por ter infringido, na execução do contrato, quaisquer direitos;
i. Comunicar, antecipadamente, à entidade adjudicante, de forma fundamentada, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços ou o cumprimento de qualquer obrigação, obrigando-se, se tal for aceite e oportuno, a restabelecer a prestação ou reparar o incumprimento em prazo razoável;
j. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação, qualificação e credenciações exigidas no procedimento, bem como a situação tributária regular assim como perante a segurança social;
k. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
l. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à entidade adjudicante, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
m. Responsabilizar-se pelos atos praticados por todas as pessoas que, no âmbito do contrato a celebrar, exerçam funções por sua conta, considerando-se para esse efeito como órgãos ou agentes do adjudicatário;
n. Obrigação de recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao bom funcionamento dos bens e equipamentos, bem como ao

estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;

o. Coordenar com a entidade adjudicante a definição e execução das normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para acesso e circulação nas instalações da entidade adjudicante.

Cláusula 5.ª

Entrega dos bens objeto do contrato

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues na morada seguidamente indicada, no prazo e condições constantes da proposta adjudicada e do presente caderno de encargos:

Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA)
Avenida Ilha da Madeira, 2.º Piso
1449-004 Lisboa

2. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente, com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 443.º do CCP.

3. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 6.ª

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O adjudicatário obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no anexo ao presente caderno de encargos.

2. Os bens objeto do contrato, bem como as respetivas peças, componentes ou equipamentos, devem ser novos, conforme disposto no n.º 2 do artigo 441.º do CCP, e prestados em perfeitas condições para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 441.º do CCP.

4. O adjudicatário é responsável perante o contraente público por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato.

Cláusula 7.ª

Inspeção e Testes

1. Efetuado o fornecimento dos bens, a entidade adjudicante, por si ou através de terceiro por ele designado, procede à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades definidas na encomenda e se reúnem as características, especificações e requisitos definidos nas cláusulas técnicas deste caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. Durante a fase realização de inspeção e testes, o adjudicatário deve prestar à entidade adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar, durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

3. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 8.ª

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos, a entidade adjudicante deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.

2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que lhe for determinado, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo adjudicatário, a entidade adjudicante procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 9.ª

Aceitação dos bens

1. Caso os testes a que se refere a cláusula 7.ª do presente caderno de encargos comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo ao presente caderno de encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do final dos testes, um auto de receção, assinado pelos representantes do adjudicatário e da entidade adjudicante.

2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para a entidade adjudicante, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o adjudicatário.

3. A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no anexo ao presente caderno de encargos.

Cláusula 10.ª

Garantia técnica

Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o adjudicatário garante os bens objeto do contrato, pelo prazo mínimo de dois anos a contar da data da assinatura do auto de receção, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e

requisitos técnicos definidos no anexo ao presente caderno de encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

Cláusula 11.ª

Garantia de continuidade de fabrico

O adjudicatário deve assegurar a continuidade do fabrico dos bens objeto do contrato, de acordo com as regras de amortização contabilística aplicáveis.

Cláusula 12.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, relativa ao contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado, direta e exclusivamente, à execução do contrato.

3. Excluem-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que fossem, comprovadamente, do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. O fornecedor responde perante o contraente público pela violação do dever de sigilo e pela quebra de confidencialidade dos documentos referidos no n.º 1.

Cláusula 13.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 14.ª

Preço contratual

1. Pela aquisição dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público paga ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor à data da emissão da fatura, se este for legalmente devido, não podendo exceder o montante 16.260,00 € (dezasseis mil, duzentos e sessenta euros) sem IVA.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente, quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e todas as despesas inerentes ao desembaraço, fiscalizações, transporte, entre outros.

Cláusula 15.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2. O vencimento das obrigações referidas no número anterior, refere-se ao cumprimento integral do objeto do contrato nos termos e condições do presente caderno de encargos e demais obrigações técnicas e legais atribuíveis ao fornecedor.

3. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias, após a apresentação da respetiva fatura, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 299.º do CCP.

4. Toda a faturação deve ser remetida para a seguinte morada:
   Direção de Finanças do Estado-Maior-General das Forças Armadas
   Avenida Ilha da Madeira,
   1449-004 Lisboa.

5. Deve fazer parte do descritivo das faturas, o número do processo de despesa (NPD), o número do pedido de compra (PC) e respetivo compromisso orçamental, a descrição do processo e o número do contrato se aplicável.

6. A omissão da informação descrita no número anterior incorre na devolução da fatura.

7. Em caso de discordância quanto aos valores indicados nas faturas, deve, o contraente público, comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, no prazo de 10 dias.

Cláusula 16.ª

Caução

Não é exigida a prestação de caução nos termos do disposto do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Cláusula 17.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do fornecedor o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

   a. Pelo incumprimento das datas e prazos de execução do objeto do contrato, até 0,5% do preço contratual por cada dia de atraso;
   b. Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 10% do preço.

2. O valor acumulado das sanções aplicadas não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato. Nos casos em que seja atingido este limite e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, o mesmo é elevado para 30%, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 329.º do CCP.

3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o contraente público pode exigir-lhe uma sanção pecuniária, cujo montante não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP.

4. Ao valor da sanção pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na prestação tenha determinado a respetiva resolução.

5. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

6. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

7. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 18.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais, a cargo de qualquer das partes, que resulte de caso de força maior, entendendo-se, como tal, as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, as seguintes situações: tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas, entre outras.

3. Não constituem força maior:

a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo fornecedor, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d. Manifestações populares devidas ao incumprimento, pelo fornecedor, de normas legais;

e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;

g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas, pelo período de tempo, comprovadamente, correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 19.ª

Resolução de contrato por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente quando a entrega de qualquer bem objeto do fornecimento se atrase por mais de três meses ou o fornecedor declarar

por escrito que o atraso na entrega excederá esse prazo., conforme estatuído no n.º 1 do artigo 448.º do CCP.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público, conforme estatuído no n.º 2 do artigo 448.º do CCP.

3. Nos casos de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do adjudicatário, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo de a entidade adjudicante poder executar as garantias prestadas pelo adjudicatário.

4. A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer ação que venha a ser interposta, por parte da entidade adjudicante, com vista à justa indemnização por perdas e danos, eventualmente, sofridos com o incumprimento do contrato.

A entidade adjudicante pode ainda resolver o contrato, por razões de interesse público devidamente fundamentadas, e mediante o pagamento ao adjudicatário de justa indemnização, nos termos do disposto no artigo 334.º do CCP.

Cláusula 20.ª

Resolução de contrato por parte do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo contraente público especialmente previstas no contrato e independentemente do direito de indemnização, o cocontratante tem o direito de resolver o contrato nas seguintes situações, conforme estipulado no n.º 1 do artigo 332.º do CCP:

a. Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
b. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao contraente público;
c. Incumprimento de obrigações pecuniárias, pelo contraente público, por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;

d. Exercício ilícito dos poderes tipificados especificados no CCP, no capítulo sobre conformação da relação contratual pelo contraente público, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
e. Incumprimento pelo contraente público de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.

2. No caso previsto na alínea a) do n.º 1, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do cocontratante ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença, conforme estipulado no n.º 2, do artigo 332.º do CCP.

3. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem conforme estipulado no n.º 3 do artigo 332.º do CCP.

4. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao contraente público, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar, conforme estipulado no n.º 4 do artigo 332.º do CCP.

5. Nos termos do artigo 449.º do CCP, a resolução do contrato, nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 21.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, fica estipulada a competência do tribunal administrativo territorialmente competente, em função dos critérios legais vigentes, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 22.ª

Cessão da posição contratual e subcontratação

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual, por qualquer das partes, depende da autorização do contraente público, nos termos do CCP.

Cláusula 23.ª

Comunicações e notificações

1. Conforme estatuído no artigo 467.º do CCP, as notificações devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

2. Conforme estatuído no n.º 1 do artigo 468.º do CCP, todas as comunicações entre a entidade adjudicante ou o júri do procedimento e os interessados, os candidatos, os concorrentes ou o adjudicatário relativas à fase de formação do contrato devem ser escritas e redigidas em português e efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

3. Conforme estatuído no n.º 2 do artigo 468.º do CCP, na falta de estipulação contratual, as comunicações entre o contraente público e o cocontratante relativas à fase de execução do contrato devem ser escritas e redigidas em português, podendo ser efetuadas pelos meios a que se refere o número anterior, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.

4. Para efeitos das comunicações previstas na presente cláusula, o adjudicatário deve disponibilizar, juntamente com os documentos de habilitação, os dados de contacto, designadamente, o endereço eletrónico, o número de telecópia, o número de telefone e o endereço postal.

5. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 24.ª

Deveres de colaboração recíproca e informação

1. Cada uma das partes está vinculada ao dever de informar de imediato a outra, sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com as regras gerais da boa-fé, sem prejuízo dos deveres de colaboração recíproca e informação, previstos nos artigos 289.º e 290.º, ambos do CCP.

2. Em especial, cada uma das partes deve avisar, de imediato, a outra, de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que, previsivelmente, impeçam o cumprimento de qualquer uma das suas obrigações.

3. No prazo de dez dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que, previsivelmente, será afetada a execução do contrato.

Cláusula 25.ª

Contagem dos prazos

À contagem de prazos, durante a execução do contrato, são aplicáveis as normas contidas no artigo 471.º do CCP, sendo estes contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 26.ª

Legislação aplicável

Em todos os aspetos não regulados no presente contrato aplicam-se as normas do CCP e demais legislação aplicável.

Aprovo,

O Diretor de Finanças,

Paulo António Pires

DN: c=PT, o=ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS, cn=Paulo António Pires
Dados: 2020.05.12 12:02:13 +01'00'

Paulo António Pires
Comodoro

ANEXO

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Virtualização de postos de trabalho

CARACTERIZAÇÃO GERAL

O Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) pretende reativar a sua capacidade de virtualização de postos de trabalho através da Plataforma de Virtualização CITRIX, como medida imediata em resposta à disponibilização dos meios adequados para acesso remoto a sistemas e informação institucional em mobilidade, sem detrimento das necessárias premissas de segurança e proteção da informação.

OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Este procedimento tem assim como objeto a aquisição um conjunto de bens e serviços com vista à reativação da capacidade de virtualização de postos de trabalho do EMGFA para acesso remoto em teletrabalho, no contexto das medidas de confinamento em vigor face ao SARS-CoV-2 (COVID-19), em que são solicitadas capacidades imediatas, eficazes e financeiramente económicas no curto, médio e longo prazo:

Lote	Descrição Sumária	Preço Base (s/IVA)
1	CITRIX Netscaler ADC VPX200Mbps Adv	16.260,00 €
	20 x CITRIX Virtual Apps and Desktop Std Lic.	
	Serviços Instalação e configuração	
	5 x Terminais EndPoint (RPI4 based) RX420-HDX otimizados para remote access	

REQUISITOS

SOLUÇÃO DE BROKER DESKTOP VIRTUAL

1. A solução de Broker Desktop Virtual terá de oferecer a flexibilidade de integrar com pelo menos 3 (três) Hipervisores em simultâneo, em particular com VMWare, de modo a garantir a total flexibilidade de escolha de infraestrutura de virtualização;

2. Permitir o acesso às máquinas virtuais a partir de dispositivos móveis, microcompudatores indiferenciados (p.e. Mini-PC, Raspberry PI, etc.), postos de trabalho desktop ou portáteis, Thin Clients ou Zero Clients;

3. Ter a flexibilidade de entregar o recurso desktops virtuais/aplicações segundo o perfil mais adequado para diferentes necessidades de trabalho, ou seja, a solução terá de conseguir entregar um desktop por utilizador, desktop partilhado por sessão ou apenas aplicações virtualizadas;

4. A solução deverá garantir a gestão e controlo de acesso sem necessidade de recorrer a tecnologias de terceiros;

5. A solução de virtualização de postos de trabalho deverá suportar as seguintes modalidades de utilização:

    a) VDI Persistentes;

    b) Pooled VDI (não persistentes);

    c) Pooled VDI com Persistência Pessoal;

    d) VDI com personalização de Apps;

    e) VM Hosted Apps;

    f) VDI no Servidor;

    g) PC’s físicos;

    h) Desktops Hosted Shared (baseados em sessão de servidor);

    i) Apps virtualizadas;

    j) Acesso Remoto a PC Físicos;

    k) VDI Linux;

    l) VDI Linux Hosted Shared;

    m) Desktops Virtuais com Placas Gráficas de alta Performance

FLEXIBILIDADE E OTIMIZAÇÃO DE RECURSOS

1. Ter a capacidade de fazer cache temporária de ficheiros não persistentes dos desktops virtuais nos discos locais do servidor Host, de forma a diminuir os IOPS requeridos na storage. Esta funcionalidade não deverá requerer storage externa;

2. Ter capacidade para disponibilizar desktops virtuais com base em snapshots ou em streaming a partir de uma imagem única, minimizando o volume de storage ocupado, o tempo de criação de novos desktops virtuais e/ou atualizações dos mesmos;

3. Permitir a sincronização da imagem do desktop virtual de forma automática e sem intervenção por parte do utilizador;

4. A componente de gestão deverá ter capacidade nativa de integração para gestão do ciclo de vida de máquinas virtuais a executar sobre os seguintes hipervisores : VMware ESX, Citrix Hypervisor, Microsoft Hyper-V ou Acropolis AHV;

5. Efetuar o balanceamento de carga no acesso de um utilizador a cada um dos servidores dentro de um centro de dados, baseado em métricas recolhidas em tempo real;

6. Possibilitar a implementação de mecanismos de otimização de recursos computacionais como CPU e RAM em ambientes multi-sessão tendo em vista a melhoria da experiência de utilização;

7. Efetuar distribuição de acesso dos utilizadores baseado em políticas estáticas, localização do utilizador, ou análise da carga dos sistemas devendo, no futuro, aplicar-se a cenários com múltiplos centros de dados geograficamente dispersos;

8. O protocolo de sessão deverá ser otimizado para utilização via WAN, sendo possível a ligação remota a recursos através de ligações de rede de elevada latência;

9. De modo a controlar a utilização de recursos e licenciamento, deverá ser possível aplicar limites ao número de aplicações ou desktops publicadas que cada utilizador pode lançar em simultâneo.

EXPERIÊNCIA DE UTILIZAÇÃO

1. Oferecer acesso aos desktops, ou aplicações virtuais, tanto através de cliente instalado no posto terminal, como através de um browser HTML5;

2. O ponto de acesso aos recursos disponibilizados deve ser unificado, através de um portal, de modo a reduzir toda a carga administrativa de gestão;

3. Este portal deverá poder ser customizado de modo a aplicar o branding específico mantendo a sua consistência enquanto acedido a partir de diferentes dispositivos;

4. Deverá ser possível agregar, num mesmo portal de acesso, múltiplos recursos publicados a partir de diferentes stores, permitindo também a categorização e agrupamento de aplicações ou desktops publicados;

5. De modo a aliviar o esforço de gestão diária, deverá ser possível a disponibilização de um portal web self-service, por forma a que os utilizadores possam fazer o desbloqueio e reset de passwords autonomamente;

6. A solução terá de suportar a utilização de dispositivos locais do End Point de forma transparente a partir dos desktops virtuais (p.e. USB, COM, LPT, microfones, drives locais do EndPoint, scanners, leitores SmartCard Readers, impressoras ou dispositivos de desenho.

7. A solução deverá suportar até 8 monitores com resolução máxima 4k;

8. A solução deverá garantir uma experiência de impressão transparente e performant em qualquer rede e ser capaz de gerir diferentes modelos de impressoras através de um único driver de impressão, para que a sua integração com o ambiente virtual seja transparente e centralizada.

9. O cliente terá de ser suportado em diferentes tipos de dispositivos terminais para utilizador: Windows, Linux, Mac, iOS, Android, Chrome-OS, Windows Phone, browser HTML5;

10. A solução dispor de um sistema de gestão de perfis de utilizadores eficiente de forma a acelerar os tempos de acesso dos utilizadores e reduzir o tráfego de rede.

GESTÃO

1. Deverá ser possível a gestão centralizada, num cenário de workloads distribuídas por diferentes datacenters;

2. De forma a reduzir custos de gestão de TI, a solução deverá possuir uma consola única de gestão de imagens que será capaz de entregar os Sistemas Operativos requeridos (servidores ou clientes) e capaz de os entregar a máquinas virtuais ou físicas;

3. Deverá permitir administração delegada, pelo menos até três níveis, com registo (log) de alterações de configuração efetuadas à infraestrutura de forma a se poder auditar as mesmas;

4. A solução deverá de incluir um sistema de gestão de aplicações de forma a poder criar conjuntos de aplicações a serem designadas de forma dinâmica a VDIs e a diferentes grupos de utilizadores, conforme necessário;

5. A solução deverá de incluir ferramentas que permitam o desenvolvimento de add-ins à medida das necessidades por forma a se atingirem personalizações específicas que podem aparecer durante a implementação da solução (por exemplo SDKs, interface PowerShell, APIS, entre outras);

6. A partir da consola de gestão deverá ser possível executar as ações de update e roll-back de catálogos de VDIs, execução de testes sobre catálogos ou aplicações publicadas, gerir contas de computador no diretório Active Directory.

MONITORIZAÇÃO, ANALÍTICA E SUPORTE

1. Disponibilizar ferramentas e funcionalidades de monitorização e analítica sobre as ligações estabelecidas, sejam elas locais ou através de um gateway;

2. A partir desta ferramenta deverá ser possível analisar e mostrar conexões ponto a ponto dos utilizadores de forma detalhada (utilização de largura de banda, latência, utilização de funcionalidade do protocolo, etc.);

6. A solução deverá garantir funcionalidades de monitorização baseadas numa consola única a partir da qual os administradores sejam capazes de:

   a) Interagir a partir de um dashboard único com toda a informação chave em tempo real;

   b) Visualizar e configurar alertas dinâmicos (falhas de servidores, conexões de utilizadores, utilização de licenciamento, …);

   c) Rever sessões de utilizador e todos os processos a correr nas sessões e capacidade de "terminar" processos, efetuar logoff ou reboot de máquinas/sessões de utilizador;

   d) Serem capazes de tomar controlo remoto das sessões dos utilizadores (ver as sessões dos utilizadores e tomar controlo do rato e teclado) diretamente a partir da consola de monitorização de forma a poder efetuar troubleshooting;

e) Possibilidade de notificar o utilizador com mensagens em tempo real;

f) Visualizar estatísticas de falhas e performance de logon e correlação automática de alterações de configurações;

g) Visualizar informação detalhada acerca da performance de logon dos utilizadores, com processos e duração temporal para cada um deles;

7. Deverá ser possível a atualização de um determinado componente de gestão sem necessidade de realizar a atualização dos demais componentes.

SEGURANÇA

1. Oferecer acesso seguro aos postos/aplicações através de uma appliance própria permitindo um acesso SSL à plataforma. Esta appliance deverá balancear e monitorizar os serviços web necessários, possibilitar acessos de VPN/SSL ou de proxy para o protocolo de sessão de forma autónoma, sem requerer nenhuma solução de outros fabricantes;

2. O serviço deverá ser capaz de ser acedido remotamente pelos utilizadores, de forma segura e a partir de qualquer dispositivo, sem a necessidade de instalação de clientes adicionais de VPN.

3. Terá de suportar a implementação de mecanismos de autenticação forte, segundo fator de autenticação, como tokens de segurança, certificados, etc;

4. Ter a capacidade de prover um acesso remoto seguro contextual efetuando uma avaliação de posto terminal sobre terminais Windows de modo a garantir uma correta postura de segurança do mesmo. Esta avaliação deverá ser realizada sem recurso a soluções adicionais de terceiros;

5. Mediante o resultado desta avaliação, deverá ser possível controlar que recursos disponibilizados ao utilizador ou a utilização dos mesmos (p.e. desabilitar o mapeamento de drives em dispositivos não confiáveis;

6. Deverá ser possível também aplicar filtros de modo a controlar a visibilidade e utilização de recursos (VDIs) em função da localização do utilizador (ie. se acede internamente ou remotamente);

7. Deverá ter capacidade para regular as características da sessão remota de modo a inibir a utilização do clipboard no sentido vdi > terminal.

TERMINAIS ENDPOINT

1. Os terminais endpoint (thin client) a propor deverão ser de baixo custo, baseados na tecnologia RaspberryPI mais atualizada, que incluam pre-instalado um sistema operativo linux, e optimizado para utilização empresarial no âmbito da solução de virtualização de postos de trabalho;

2. O modelo de terminal deverá ser adequado para a utilização de sessões de trabalho virtuais com recurso às tradicionais ferramentas de produtividade, mas também à utilização de recursos informacionais suportados em imagem e vídeo, designadamente, através de aplicações para manuseamento de cartografia e informação geográfica;

3. Deve ser possível a gestão integrada de todos os dispositivos através de consola de gestão centralizada; por forma a suportar a mais eficiente execução das atividades administrativas de atualização dos terminais, como firmware updates, alterações de configurações e device resets;

4. Os terminais deverão ter capacidade para a ligação a dois monitores com resolução possível até 4K;

5. Os terminais deverão demonstrar características robustizadas e ultra-compactas;

6. Os terminais deverão manter um desempenho linear e fiável ao longo do tempo, com regimes de 12 horas de utilização, praticamente ininterruptos;

7. Os terminais deverão dispor de garantia para uso empresarial, suporte ténico e acesso a software atualizado.

SERVIÇOS DE INSTAÇÃO E CONFIGURAÇÃO

1. Os serviços de instalação e configuração deverão decorrer no prazo máximo de 15 dias após notificação da adjudicação;

2. As atividades deverão ser coordenadas através reunião de Kick-off, sendo estabelecidas as atividades com vista à disponibilização da capacidade operativa no prazo máximo de 15 dias;

3. Deverão ser garantidos os apoios técnicos e recursos necessários de documentação das ações e configurações efetuadas com o fim de habilitar as equipas técnicas do EMGFA a operar a capacidade instalada de forma autónoma.

ASPETOS GERAIS

LOCAL DE ENTREGA E CONTACTO

Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA – DIRCSI/RSTI)

AV. Ilha da Madeira, 1

1449-004 Lisboa